

Será possível um desenvolvimento ecologicamente viável?

Será possível realizar um desenvolvimento sustentado?

Devemos primeiramente entendermo-nos sobre o que é um *desenvolvimento sustentado*. Sabem certamente que a expressão “desenvolvimento sustentado” foi inventada pela Comissão Brundtlan, já que o termo anteriormente utilizado, por exemplo na Conferência de Estocolmo, há vinte anos, era o de *ecodesenvolvimento*. Como o termo *ecodesenvolvimento* parecia por demais radical à delegação dos Estados Unidos, adoptou-se a expressão *desenvolvimento sustentado*. Talvez haja diferenças. Mas não vou entrar na arqueologia das palavras. Penso que o que se visava era, em qualquer dos casos, um modelo de desenvolvimento que fosse conforme a um conjunto de valores éticos que foram propostos nomeadamente pelos ecologistas.

É assim necessário insistir sobre duas coisas: em primeiro lugar os ecologistas não tratam do “ambiente”. A ecologia não é ambiente. A ecologia é uma perspectiva global que toma em consideração, simultaneamente, três aspectos: a espécie humana, a sua actividade e o ambiente, que é ao mesmo tempo produto e condição dessa actividade.

Se, por exemplo, estiver interessado pelo castor, enquanto ecologista dos castores, não limitará a ecologia do castor ao efeito da construção das barragens dos castores sobre as florestas ou os rios. Interessar-se-á pela vida sexual dos castores, pela construção das barragens, pelo modo como o castor vive nessas barragens, etc.

O mesmo se passa com a ecologia humana. A ecologia pre-

ocupa-se com o conjunto das actividades humanas, na perspectiva da relação entre essas actividades e o seu ambiente.

Mas a ecologia política é um pouco mais do que isso; é um modo de querer promover uma certa realidade nessa relação entre a espécie, a actividade e o ambiente, segundo um determinado sistema de valores. Deste ponto de vista, pode considerar-se que a ecologia sucede aos movimentos emancipadores da humanidade. Do mesmo modo como a democracia tinha sucedido ao liberalismo, do mesmo modo como o socialismo sucedeu à democracia, a ecologia aparece igualmente como um conjunto de valores que engloba os antigos valores emancipadores.

Se quiserem, pode dizer-se que é uma exacerbação do ideal de cidadania - liberdade, igualdade, fraternidade. Só que esses valores se encontram requalificados pela experiência histórica: pelo fracasso das revoluções burguesas, pelo fracasso das revoluções socialistas e pela consideração do carácter limitado do nosso planeta.

Nesse momento a liberdade torna-se, não simplesmente a liberdade de empreender, mas o desejo de ver a realização plena dos seus próprios actos - aquilo a que se chama a autonomia. A fraternidade torna-se, não simplesmente uma certa preocupação com a permanência da aliança social entre os indivíduos, mas mais precisamente uma vontade de não abandonar ninguém na berma da senda do progresso: a solidariedade.

Quanto à igualdade, ela alastra de maneira vertiginosa, já que à velha "igualdade de direitos" que fez entrar sucessivamente os escravos, os proletários e as mulheres no corpo dos que gozam de uma igualdade de direitos, a ecologia acrescenta a assunção dos direitos das gerações futuras e das outras espécies do planeta: a responsabilidade.

Por outra palavra, a divisa "liberdade, igualdade, fraternidade" transforma-se em algo como "autonomia, solidariedade, responsabilidade" - responsabilidade para com as outras espécies, para com as gerações futuras.

Será então possível conceber um modelo de desenvolvimento desse tipo, respondendo a esses três valores?

Na realidade, há muitos cambiantes na ecologia. No que me diz respeito, pertenceria a uma escola, digamos, reformista-radical.

Deixei de acreditar ser possível sair de choque do capitalismo para construir um outro modo de produção, à imagem dos hebreus saindo de Babilónia para construir a Nova Jerusalém. Penso que essa ideologia da ruptura, essa ideologia da Nova Jerusalém, é belíssima ideologicamente mas que nunca funcionou na história.

Todos os que tentaram fazê-lo, que acreditaram ser possível sair do capitalismo pela porta mestra da revolução para construir um outro modelo de produção, se aperceberam eles próprios, rapidamente aliás, no que respecta aos mais lúcidos de entre eles, que outra coisa não faziam senão construir no exterior algo de não muito diferente da Babilónia que tinham deixado. Dizia Lênine: "O cadáver do capitalismo não pode ser fechado num caixão e lançado ao mar; está entre nós, decompõe-se, contamina-nos".

Creio que, vendo-se bem numa perspectiva histórica, o capitalismo de 1970, digamos, nos países mais desenvolvidos, estava muito mais longe do capitalismo de 1848 do que a ideia que Marx e Engels tinham do comunismo em 1848. Se lerem o Manifesto do Partido Comunista de 1848, verão que as esperanças de transformação social que há no livro ficam aquém da massa de transformações sociais que ocorreram entre 1848 e 1970.

Inversamente, se virem a facilidade com que um país como a China pode hoje restabelecer sem transição um capitalismo dos mais competitivos e mais próximos do do século XIX, aperceber-se-ão de quanto eram poucas as coisas que tinham mudado na China depois de 1949.

Assim pois, há que não ter a perspectiva de construir um modelo de desenvolvimento sustentado saindo do capitalismo. Há que pôr-se a questão de uma inflexão no capitalismo, de novos modelos de desenvolvimento que, num primeiro tempo, não rompam com as relações sociais do capitalismo; mas vamos tentar integrar valores como: a autonomia, a solidariedade e a responsabilidade ecológica.

Digo-o com tanto maior firmeza quanto, ao contrário do ideal socialista, já não acreditamos que exista algo como uma roda da história, como um desenvolvimento das forças produtivas, que nos levaria mecanicamente pela senda do progresso humano pelo

passou por vários modelos de desenvolvimento na sua história). O que está em crise é o modelo de desenvolvimento dominante do pós-guerra (a que os economistas chamaram Fordismo) e que, grosso modo, assentava em três pilares: em primeiro lugar uma certa maneira de organizar o progresso das forças produtivas, elas próprias assentes numa separação (respondendo ao princípio de Taylor) “entre os que pensam e os que executam”; em segundo lugar uma determinada opção sobre o que deveria ser o motor do crescimento económico, e que era, na ocorrência, o crescimento dos mercados nacionais interiores, ele próprio dinamizado pelo crescimento do consumo popular, nomeadamente o consumo dos assalariados; o terceiro pilar era constituído por um conjunto de instituições que organizava este crescimento do rendimento popular – numa espécie de bipolaridade entre o capital e os sindicatos, arbitrada pelo Estado e com compromissos institucionalizados, de modo muito centralizado, que incluíam os contratos colectivos, a legislação social, o Estado Providência.

Hoje, esse modelo está em crise. E está em crise de duas maneiras: por um lado como método de organização do trabalho – esse modo de distinguir radicalmente entre os que concebem os planos, as máquinas, a técnica, e os que, sem qualificação, executam. Esta forma de organização do trabalho revela-se cada vez mais ineficaz: os engenheiros concebem máquinas cada vez mais caras e os trabalhadores não qualificados têm cada vez maior dificuldade em utilizá-las eficazmente. E depois, por outro lado, os métodos do compromisso institucionalizado a nível nacional – Estado Providência, contratos colectivos – que permitiam aumentar o poder de compra dos assalariados à medida que a produtividade aumentava, de modo a impedir o crescimento do desemprego... tudo isso funcionava muito bem quando as economias eram relativamente autónomas; hoje, com a internacionalização dos processos produtivos e dos mercados, a coisa tornou-se por completo impossível.

Podem dizer-se que os anos 1978-1979 marcam o fim desse grande compromisso que tinha dado bons resultados do ponto de vista social, mas que tinha sido catastrófico do ponto de vista da responsabilidade ecológica. Quanto ao crescimento do consumo material

simples progresso da ciência e da técnica, que bastaria ajudar um pouco de tempos a tempos por uma revolução política.

Sabemos hoje que o desenvolvimento das forças produtivas também produz Auschwitz ou Hiroshima. E também sabemos bem, sabemo-lo agora muitíssimo bem, que o desenvolvimento das forças produtivas está a rasgar a camada de ozono, está a fazer derrapar o efeito de estufa, está a reduzir a biodiversidade e que está pois a ameaçar, no prazo de uma ou duas gerações, as próprias possibilidades de desenvolvimento da nossa civilização sobre a Terra.

Deixamos de ter uma perspectiva teleológica da história, e bem sabemos que em cada momento se pode bifurcar para tremendas regressões.

Também sabemos (digo-o na perspectiva dos resultados, mas poderia dizê-lo na perspectiva do processo) que os políticos, ao fazerem tábua rasa, desestabilizam a própria possibilidade de construir algo de são, de duradouro. Temos pois, de momento, que encarar a invenção de um novo modelo de capitalismo, e não de um novo modo de produção, de novas relações sociais radicalmente diferentes.

Devemos introduzir novas relações sociais; não podemos, não certamente pelo toque de uma varinha mágica, desembaraçar-nos das antigas. E devemos fazê-lo durante esta geração, durante os próximos vinte e cinco anos.

Sabem, por exemplo, que a Conferência do Rio terminou com um acordo para voltar no ano 2.000 ao nível de produção de gás carbónico de 1990. Sendo a meta, para os países europeus, dividir por quatro a produção de gás carbónico e de outros gases de efeito de estufa daqui até 2030. Temos agora prazos escaldantes e não mais poderemos desembaraçar-nos dizendo: – “por agora vamos esperar; logo se verá... depois da revolução”.

Como se pode conceber esta política reformista-radical?

Para precisar este ponto, temos antes do mais que partir dos nossos valores, mas temos também que partir das realidades que parecem delinear-se no planeta.

Assim, actualmente o capitalismo está em crise, não uma pequena crise, uma grande crise que dura desde há vinte anos. Uma grande crise é o fim de um modelo de desenvolvimento (o capitalismo

dos gloriosos anos do crescimento do pós-guerra – os anos cinquenta, os anos sessenta e mesmo os anos setenta – é esse crescimento do produto material que pagamos hoje com a crise ecológica global.

Os clorofluorcarbonatos, que estão a destruir a camada de ozono sobre a Antártica, são moléculas que demoram vinte anos para percorrer o caminho que as leva dos países do Norte para o vortex da Antártica. Por outras palavras, apesar dos acordos que acabam de as proibir elas vão continuar, durante ainda mais vinte anos, a encaminhar-se para a Antártica. É óbvio que o efeito de estufa que produzimos hoje, e que começa agora a tornar-se sensível, se expandiria de forma assustadora se tivéssemos que generalizar ao conjunto do Terceiro Mundo o modelo de desenvolvimento que tivemos na Europa durante os anos cinquenta e sessenta.

Logo, é impossível voltar a esses modelos por causa, ao mesmo tempo, da crise pelos lados da organização do trabalho, da crise das formas nacionais de regulação num contexto de mundialização e das imposições puramente ambientais que pesam agora sobre todos nós.

Assim sendo, que fazer?

A primeira resposta, que se desenvolveu primeiro na Inglaterra e depois nos Estados Unidos a partir dos anos setenta, do fim dos anos setenta, na realidade, foi aquela a que eu chamo liberal-productivista. Quer dizer, prossegue-se com os métodos tayloristas mas suprime-se os compromissos sociais; continua-se a organizar o trabalho com os que pensam por um lado e os que executam por outro, mas suprime-se os acordos capital/trabalho que tinham permitido o crescimento do poder de compra das massas populares, e não dos assalariados em particular.

Este modelo, que foi chamado “a flexibilização”, foi levado ao extremo na Inglaterra, e depois nos Estados Unidos, durante os anos oitenta. Pensou-se em meados da década de oitenta que seria o modelo que sucederia ao Fordismo. Ele conquistou, com efeito, pouco a pouco, a maior parte do mundo. Praticamente todos os países de substituição de importações da América Latina o adoptaram. Os países do Leste, após o desmoronamento do capitalismo de estado, depois do “socialismo”, adoptaram na prática esse modelo. A ideia é

que, diminuindo o poder de compra dos assalariados, suprimindo o Estado Providência, se poderia aumentar a rentabilidade dos investimentos sem mudar a organização do trabalho e que se poderia melhorar a competitividade de cada país no mercado internacional.

Mas poderão de imediato reparar que este modelo, que pareceu triunfar na década de oitenta, até ao craque de 1987, tem três pontos fracos. Em primeiro lugar, não pôe minimamente em questão a crise da organização tayloriana do trabalho, limita-se a confirmá-la ao afirmar: é assim, hoje as máquinas, cada vez mais caras, engendram cada vez menos ganhos de produtividade.

Em segundo lugar, pelo lado da regulação da procura social, o modelo contenta-se com dizer: - “Deixamos de nos preocupar com isso; vamos conquistar os mercados dos outros.” Mas, é evidente, como os outros fizeram a mesma coisa, o modelo desemboca numa guerra de todos contra todos, em que só uma pequena parte da população vê aumentar o seu poder de compra; mas os trabalhadores devem ver o seu poder de compra baixar permanentemente, de modo a fazer concorrência a países que tentam fazer eles próprios a mesma coisa. Se se tiver em conta que a industrialização do terceiro mundo traz para o mercado países onde os salários são cada vez mais baixos, é evidente que os países que jogam com este trunfo, como a Inglaterra ou como os Estados Unidos que tentam abrandar-se (fazer concorrência ao Brasil à custa de baixos salários), vão encontrar a concorrência dos países da Ásia, da primeira geração de novos países industrializados – Coreia, Taiwan – que estão hoje eles próprios em concorrência com a segunda geração – Filipinas –, que ela própria está em concorrência com a terceira geração – China, Vietname, etc. etc.. Não há limite algum para esta guerra de todos contra todos e o resultado global é o retorno ao século XIX.

Em terceiro lugar, este modelo, na medida em que já não existem regras e em que deixa de haver acordos entre os cidadãos sobre o que é ou não é conveniente fazer, não pode senão ignorar as exigências da responsabilidade ecológica. Na realidade deixamos de ter as vantagens sociais do Fordismo mas continuamos a ter todos os seus inconvenientes do ponto de vista do ambiente.

Muito felizmente este modelo não é necessariamente o

único modelo capitalista possível. Hoje os países ganhadores, e mais precisamente as regiões ganhadoras, são aquelas em que esse modelo foi rejeitado ao mesmo tempo pelas tradições locais, pela resistência sindical, pela resistência ecológica, pela resistência das mulheres e pelo bom senso de uma parte importante do patronato. Refiro-me à Escandinávia, ao Arco Alpino, Itália do Norte e Alemanha do Sul incluídas, à parte exportadora, digamos assim, do Japão e mesmo cada vez mais, à parte mais avançada da Coreia do Sul.

Estes compreenderam que havia que atacar o mal na raiz, embora a questão da internacionalização não possa, por definição, ser resolvida à escala de uma região ou de um país. Em compensação a crise da organização do trabalho pode ser atacada, pode ser resolvida por uma mobilização da inteligência, da capacidade de diagnóstico, da imaginação dos próprios trabalhadores; numa mobilização em prol da qualidade e da produtividade. Mas, é evidente, esta revolução anti-tayloriana implica compromissos entre o capital e os assalariados — compromissos em termos de estabilidade de emprego, de estabilidade de rendimentos, de perspectivas de ascensão social, etc., etc...

Não quero insistir aqui sobre o que permitiu à Alemanha e ao Japão baterem economicamente os Estados Unidos, preferizarem os Estados Unidos; não é esse o objecto desta discussão. O que simplesmente gostaria de dizer é que, enquanto ecologista, enquanto economista, referindo-me aos valores da ecologia, me limito simplesmente a observar que a via da flexibilização, da destruição de todos os antigos compromissos, não é a única possível, não é a única competitiva. E isso é muito importante, porque isso quer dizer que os valores da ecologia podem hoje ser desenvolvidos e, eventualmente, podem bater os valores do liberal-productivismo — a guerra de todos contra todos. Quer dizer que não é necessário, para tomar essa via, fazer a revolução que não sabemos fazer. É todavia necessário fazer profundas, profundíssimas reformas.

A partir do momento em que sabemos que as nossas reformas profundas da organização do trabalho permitem continuarmos competitivos no mercado mundial, a partir desse momento, aparece um espaço para uma política económica/ecológica no próprio seio do capitalismo. Julgo que há que apoiar-se nisso.

Primeiramente e antes do mais, apoiar uma linha de revolução anti-tayloriana na organização do trabalho. Para muitos sindicalistas na Europa, é uma revolução (não em todos os países, mas em muitos países é uma revolução). É uma revolução cultural porque, nos anos cinquenta e sessenta, o sindicalismo tinha accitado considerar a organização do trabalho como assunto dos empregadores, devendo o sindicato lutar só pelas remunerações. É evidente que se o movimento operário e, de modo mais geral, o movimento dos assalariados, nas fábricas, nos escritórios, nas administrações, chama a si a questão da qualidade, chama a si a questão da produtividade, deverá negociar contrapartidas dos empregadores. É importa ainda que uma tal experiência não seja de imediato varrida pela concorrência internacional. Essa é pelo menos a experiência, a lição, que, na Europa, nos deu os sucessos da Escandinávia e do Arco Alpino. Em si, esta revolução anti-tayloriana está de acordo com os valores da ecologia, e particularmente com os da autonomia.

A aspiração a retomar maior responsabilidade no seu trabalho é uma muito antiga aspiração do movimento operário, desde as suas origens. É também uma aspiração que foi reatada nos anos sessenta sob a designação de autogestão — é um dos valores da ecologia. Mas é evidentemente sobre a questão “o que esperaríamos em contrapartida os assalariados?” que as divergências vão surgir.

Não penso que a sociedade do Japão seja um bom exemplo de ecologia, representando embora um considerável progresso em comparação com os Estados Unidos. Não penso que a Escandinávia, apesar dos sucessos da Noruega, satisfaça um ecologista. Penso que, na realidade, a Noruega e o governo da Sra. Brundtland representam provavelmente um dos governos mais ecológicos do mundo, mas estamos ainda muito longe das exigências dos ecologistas.

A verdade é que a partir do momento em que haja mobilização dos trabalhadores relativamente ao que produzem e ao modo como o produzem, vai haver negociação.

Ao contrário do taylorismo, em que o capital não depende da inteligência operária ou da inteligência dos assalariados, um tal modelo de organização do trabalho implica necessariamente uma negociação à escala da empresa, do ramo ou do país (talvez mesmo do continente, no caso da Comunidade Europeia).

Sobre que vão incidir as negociações? Essencialmente, em primeiro lugar, sobre a legislação social; mas também sobre a reparação dos frutos do crescimento. E é aí que, ao contrário do que se passa no Japão, por exemplo, a ecologia tem algo a dizer.

Enquanto a tendência espontânea do movimento operário, marcado pela herança fordista, seria de dizer - "Bom, a contrapartida deve ser um aumento de salário igual ao aumento da produtividade" -, os ecologistas dizem - "Não! A contrapartida principal deve ser um aumento do tempo livre porque o aumento do tempo livre é a garantia do aumento da autonomia individual; um aumento do tempo livre porque a redução do tempo de trabalho é a única forma realmente eficaz de lutar contra o desemprego; um aumento do tempo livre porque a outra solução política contra o desemprego, que seria o aumento massivo do consumo popular, seria insustentável a prazo.

A solução fordista tornou-se impossível tendo em conta as imposições ecológicas globais que pesam sobre o nosso planeta. Se quisermos além disso ser solidários com o terceiro mundo, quer dizer se quisermos permitir aos trabalhadores do terceiro mundo a esperança do mesmo nível de conforto que o nosso (digo "de conforto" e não "de poder de compra"), é necessário que o crescimento nos países desenvolvidos se meça em termos de aumento do tempo libertado.

Há alguns anos um dos meus amigos tinha ido entrevistar o responsável da luta contra a crise da atmosfera em Los Angeles (sabem que Los Angeles padece de um efeito de estufa microlocal, de um nível de poluição absolutamente aterrador, por causa da sua escolha em matéria de transportes; e existe agora um plano completo para voltar a tornar a atmosfera de Los Angeles respirável)... E o meu amigo perguntava ao responsável: "qual seria, para si, a maior catástrofe ecológica imaginável?" O responsável de Los Angeles tinha respondido: "que todos os Chineses comprassem uma motorizada". Efectivamente, se todos os Chineses comprassem, não um carro mas simplesmente uma pequena motorizada, será uma catástrofe ecológica global.

A questão está toda em saber se a nossa solução para a crise ecológica global consiste em proibir ao terceiro mundo o acesso

àquilo de que gozamos, ou se consiste em dizer: "toda a gente deve chegar mais ou menos ao mesmo nível de conforto e, por isso, nós devemos renunciar a certos excessos de poluição para que o terceiro mundo possa aceder a um certo desenvolvimento industrial sem comprometer a possibilidade de respirar das gerações futuras, do Norte e do Sul".

Assim, para os países capitalistas desenvolvidos, como aliás, por outras razões, para os países do Sul, a conquista do tempo livre será, provavelmente, no futuro, o critério essencial, instrumento de medida, escala de valor, do desenvolvimento sustentável.

Como se pode chegar lá? Primeiro, não com mais flexibilidade, mas com mais contratos. Precisamos de mais contratos colectivos, precisamos de mais legislação social, precisamos pois de pacificar a concorrência de todos contra todos engendrada pelo liberal-productivismo e pela forma que foi dada à construção europeia desde há uma dezena de anos, quer dizer o Acto Único e o Tratado de Maastricht.

Esses dois acordos, que são de certo modo reformas constitucionais no interior da União Europeia, foram apresentados, sobretudo em relação aos recém-chegados, como a condição da construção europeia.

Para nós, franceses, que participamos em todas as formas de construção da Europa, da aventura da Comissão Europeia para o Carvão e o Aço, à tentativa de construção de uma Comunidade Europeia de Defesa, até ao Mercado Comum, etc., é só uma reforma entre outras. Mas estas duas reformas - Acto Único e Tratado de Maastricht - tinham algo de diferente das anteriores. Os acordos precedentes eram acordos que acompanhavam sempre a unificação do mercado de uma unificação das regras, nomeadamente as regras sociais. Quando se unificou o mercado comum agrícola, unificou-se o sistema de preços à escala europeia; montou-se uma verdadeira segurança social europeia para os agricultores, sistemas de estabilização dos preços agrícolas (aliás não muito boa. Critico-a, mas, de qualquer maneira era essa a ideia).

Pela primeira vez com o Acto Único, e pela segunda com o Tratado de Maastricht, acelerou-se a unificação dos mercados, no-

totalidade da economia do ambiente, a totalidade da ecologia. É por demais evidente que os problemas essenciais não são tanto a luta contra as crises ecológicas locais - poluição das águas, poluição da atmosfera local. Quanto a isso sabemos mais ou menos como tratá-las; pode dizer-se que, desde o século XIX, os sindicalistas e os antepassados dos ecologistas, como os médicos higienistas, se puseram a questão de como lutar contra as crises ecológicas locais. As primeiras lutas do movimento operário contra o trabalho infantil, pelo saneamento dos bairros operários, pelo saneamento das águas, pela luta contra as doenças infecciosas eram lutas ecológicas que correspondiam à primeira revolução industrial. Vá-se hoje ao terceiro mundo e encontrar-se-á, no Peru, no Brasil, Presidentes de Câmara que se proclamam ecologistas; e muitas vezes vem-se a descobrir que são médicos apoiados por sindicalistas, como o eram exactamente os higienistas do século XIX.

Sabemos portanto o que fazer com as crises ecológicas locais, temos uma experiência, é só uma questão de vontade política. Penetramos no absolutamente novo com as crises ecológicas de segunda geração, as crises ecológicas globais, de causas difusas e radicando em todas as sociedades, em todos os continentes. E que têm consequências em todos os continentes, em todas as sociedades, mesmo aquelas que não são causa da crise.

As mais importantes foram abordadas pouco antes da Conferência do Rio - é o caso da camada de ozono que foi resolvida à última da hora porque, por sorte, as primeiras vítimas do buraco na camada de ozono eram brancos ocidentais, embora habitassem no extremo sul, na Austrália e na Nova Zelândia. Felizmente eram "brancos desenvolvidos" que começaram a dizer: "Vejam lá, atenção, já não temos protecção contra os raios ultravioletas...". E de imediato dispuseram dos meios para impor aos outros medidas contra os gases que provocavam a destruição da protectora camada de ozono. Evidentemente, este acordo fez-se entre os países capitalistas desenvolvidos e os países produtivistas do Sul desataram em grande gritaria, dizendo: "Mas, também nós temos o direito de produzir indústria do frio, de utilizar os fréon, os clorofluorcarbonatos". E foi pois necessário negociar com o Sul.

meadamente dos mercados de capitais, sem avançar um só passo na unificação das regras sociais e das regras de protecção do ambiente. Descendeadou-se por toda a Europa o "dumping" social, o "dumping" ecológico e o "dumping" fiscal. O resultado é que na prática só se pode tributar o trabalho; torna-se muito difícil, ou mesmo impossível, fazer aprovar legislações contra o efeito de estufa, como as cotaxas, por exemplo; e há uma tendência extremamente rápida no interior da Europa para acelerar a destruição das conquistas sociais, por temor da concorrência que fariam a Europa do Sul, nomeadamente a Península Ibérica, a Irlanda e a Inglaterra.

Se quisermos pois caminhar para um novo compromisso social baseado na mobilização negociada do recurso humano, é necessário fazer acordos numa escala suficiente, continental pelo menos, para caminhar para uma unificação da legislação social. No que respeita à redução do tempo de trabalho é-o necessário na prática - não necessário em absoluto, mas necessário na prática.

No que diz respeito às relações com o terceiro mundo, é evidente que também aqui é necessário caminhar para regras sociais sobre o comércio livre, regras ecológicas sobre o comércio livre.

O caso da banana, por exemplo, mostra bem a impossibilidade de uma livre circulação das mercadorias quando se quer proteger as condições sociais de produção de um produto no interior do Mercado Comum, já que há alguns países do Mercado Comum que produzem bananas. Tornou-se necessário construir um muro em torno de toda a zona Europa/Ásia/Pacífico, de modo a proteger a estabilização dos preços da banana e a protegê-la contra as atrozidades de sobreexploração que reinam nos bananais da América Latina.

Qualquer novo acordo passa pois por regras do jogo. Regras do jogo que implicam ou uma unificação continental protegida contra o resto do mundo ou então uma unificação à escala mundial, o que é extremamente complicado. Penso que há que avançar em paralelo em ambas as vias: unificar as regras ao nível mundial, unificar e proteger as zonas onde as regras sociais ou ambientais estão mais avançadas.

Agora do ponto de vista das regras ambientais, quer dizer da própria protecção do ambiente - o que parece por vezes esgotar a

Face a este tipo de posição, é evidente que os ecologistas, e nomeadamente as organizações não governamentais do Norte e do Sul, deviam inventar novos modelos de regulação, para tentar permitir um crescimento industrial sustentável do Sul que não compromettesse o ambiente de todo o planeta mas que impusesse ao Norte que fizesse um esforço ainda maior para manter o seu nível de vida sem comprometer o desenvolvimento do Sul, nem para a nossa geração nem para as gerações futuras. Foi talvez desta problemática, em termos de crise ecológica global, que nasceu o vocábulo “desenvolvimento sustentável” – sustentável ao mesmo tempo para a nossa geração e para as gerações posteriores.

Não vou pormenorizar as astúcias que, no Norte e no Sul, e os Indianos em particular, os economistas ecologistas inventaram para encontrar soluções em termos de mercados, de quotas, de ecotaxas...

A ideia é sempre a seguinte: não é o ambiente que custa o que quer que seja – o ambiente é gratuito. É um certo modelo de desenvolvimento que, ao destruir o ambiente, custa algo à geração futura. É por isso essencial fazer pagar à geração actual o custo que esta transfere para a geração futura. Pode-se fazê-lo instituindo um mercado do “direito de poluir” – o que se pode fazer instituindo taxas; pode-se fazê-lo proibindo pura e simplesmente certas poluições. Não quero dar uma aula sobre a economia do ambiente, a vantagem das taxas, das quotas ou dos regulamentos. Isso depende dos casos e há que não adoptar posições dogmáticas.

Mas aquilo sobre o que gostaria de insistir, para terminar, é que isso exige, em todos os casos, um acordo político, um acordo político transnacional. Um acordo político... que só se pode construir com a formação de uma opinião pública mundial. E a formação de uma opinião pública mundial é hoje essencialmente do âmbito das organizações não governamentais.

É pelo avanço do espírito de autonomia, de solidariedade e de responsabilidade que se pode esperar obter um desenvolvimento sustentável. Se pensarmos no que eu dizia no começo da minha introdução: que a ecologia mais não é afinal que a exacerbção da cidadania, da democracia – transformando-se a triade “liberdade, igualdade, fraternidade” na triade “autonomia, solidariedade,

Na Conferência do Rio, viu-se repetir o mesmo cenário com duas outras crises globais: uma, um pouco mais complicada, que é a crise dita “da erosão da biodiversidade” (que não tenho tempo de explicar) e a crise do efeito de estufa. Sobre a crise do efeito de estufa há desacordos entre os cientistas – dizem uns que dentro de quarenta anos teremos um aumento de um grau e meio de temperatura, outros dizem que será de quatro graus. Para os geopolíticos é coisa sem nenhuma importância, de qualquer modo, mesmo que seja apenas um grau e meio daqui a quarenta anos, quererá dizer uma crise demográfica e ecológica de primeira grandeza na maioria dos países do Sul; representa a inundação quase total do Bangladesh, representa guerras, provavelmente nucleares, entre o Bangladesh e a Índia para impedir os movimentos de populações do Bangladesh; representa uma crise geopolítica de primeira grandeza e todos devem interessar-se.

A posição dos Estados Unidos foi de dizer: “Dentro de quarenta anos estaremos todos mortos (eram os dirigentes a falar, evidentemente) e por isso não devemos tratar disso. Esta crise nada nos custará, só vai atingir as zonas do Sul e temos os meios para nos defender dos países do Sul”.

A posição dos países do Sul mais implicados, como o Bangladesh, foi de dizer: “O nosso país não tem futuro por causa do que vocês estão a fazer no Norte. Pedimo-vos que mudem o vosso modelo de desenvolvimento”. Ter-se-ia podido esperar um confronto Norte-Sul deste tipo, mas foi muito complicado. Porque assistimos a uma coaligação entre todos os países de governos ditatoriais e produtivistas do Sul com os Estados Unidos, para que nada se fizesse e tudo continuasse como dantes. Viram-se desabrochar os Saddam Hussein do ambiente, como o ditador da Malásia que tranquilamente declarou: “...os direitos do homem, a liberdade de imprensa, a democracia, a defesa do ambiente, são empecilhos com que os países do Norte querem enterrar a marcha dos seus futuros concorrentes”. Por outras palavras, os países do Norte tiveram direito a cento e cinquenta anos de desenvolvimento sem se preocuparem com o ambiente, também nós temos direito a cento e cinquenta anos de desenvolvimento sem nos preocuparmos com o ambiente”.

responsabilidade” – então devemos lembrar-nos do que dizia Montesquieu: “O princípio da democracia é a virtude”. A democracia é possível porque as pessoas interiorizam, nas suas cabeças e nos seus comportamentos, a preocupação com a colectividade. Se o não fizermos, então limitamo-nos ao despotismo iluminado ou ao método baseado no sentido de honra de certas elites que permite o governo despótico ou aristocrático.

Antes de tudo o mais a democracia está forçosamente ligada ao que Montesquieu chamava virtude – aquilo que hoje, e seguindo Bourdieu, eu chamaria o *habitus democrático* e de sociabilidade cívica. O problema é que só 60 a 70% das pessoas, quando muito, se tornam virtuosas. Se as leis têm que existir, se têm que existir acordos internacionais, é para os 30 ou 40% restantes. É aqui, claro, que é preciso negociar, fazer leis, fazer regulamentos. Mas as leis só serão aceites, só serão assumidas, se houver uma autêntica revolução cultural nos nossos valores, no que consideramos ser o progresso. E é tudo.

Debate

Pergunta

A minha pergunta é a seguinte: – Falou há pouco da Noruega como um dos países mais ecológicos do mundo, mas não como do mais ecológico. Gostava de saber qual é o país mais ecológico, talvez a nova Finlândia?

Alain Lipietz

Não. Digo é que a Noruega é provavelmente o país mais ecológico do mundo. O que não digo é que ela satisfaça. Pode-se sempre criticar, pode-se sempre fazer melhor. Mas, provavelmente, a Noruega é o país cujo governo maior preocupação tem em desenvolver ao mesmo tempo a autonomia dos cidadãos, a solidariedade entre eles e o respeito pelos direitos das gerações futuras. O problema é que a “ecologia num só país” pressupõe, muitas vezes, que noutros países serão produzidas roupas, carros – tudo coisas que interessam a Noruega mas que ela não produz – e que são produzidos de maneira nem solidária, nem autónoma, nem ecológica. Por isso, não podemos contentar-nos com o que se realiza na Noruega, mesmo se penso que a Noruega nos aponta frequentemente a via. Aproveito para dizer que o facto da Noruega ser um país rico ajuda muito na realização de um programa entre social-democracia e ecologia.

Isto não quer no entanto dizer que a ecologia só tenha possibilidades de chegar ao poder em países muito ricos. Há uma ideia – que se espalhou um pouco no Rio, precisamente por pressão dos governos produtivistas do terceiro mundo como os governos brasileiro, malaio e chinês, por exemplo – de que a ecologia é um “luxo de ricos”. Como o dizia há pouco, é completamente falso. A cada período de desenvolvimento capitalista correspondem as suas exigências ecológicas. Se olhar para um país muito pobre onde a reprodução da humanidade passa essencialmente pela utilização do seu meio ambiente, esse país tem tendência a considerar que o progresso, o desenvolvimento, mais não é do que a melhoria do seu ambiente.

Se olhar para os sítios do mundo em que os ecologistas estão mais próximos do poder, ou mesmo directamente no poder, verá que são todos países muito pobres. Ecologistas (proclamados ecoló-

gistas) estão no poder, enquanto tais, em países - Madagascar, Estónia - que estarão mais entre os países pobres, mesmo muito pobres.

Penso que a oposição entre ambiente e desenvolvimento só aparece nos países médios, nas classes médias dos países médios. É nelas que existe a impressão que a situação própria pode ser melhorada contra a natureza, contra o ambiente e contra as gerações futuras. Nos países muito pobres isso não é possível, porque aí o "desenvolvimento" é, directamente, melhorar a sua própria relação com o ambiente. É verdade às portas do deserto, no Sahel africano; é verdade nas favelas do Brasil. E é também verdade, para os países muito ricos, como a Noruega, onde se está directamente na fronteira em que se percebe que ainda mais consumo quer mesmo dizer destruição do próprio ambiente. Logo, nas duas extremidades há a tendência para se ser ecologista. No meio é que reside o problema.

Pergunta

A minha pergunta é uma espécie de provocação que me é permitida pelo facto de conhecer há anos o Alain Lipietz. Pô-la-ia da seguinte forma: "Será que não haverá, numa certa leitura do que ouvimos da palestra, uma espécie de trotskismo nova versão...?"

Alain Lipietz

"A la limite" maoinismo, mas trotskismo, não!

Pergunta

... Quer dizer, teríamos uma utopia marxista, e deste lado uma outra utopia, teríamos uma internacional, teríamos uma revolução que teria como condição de partida o ser consentida e consensual, sobretudo nos países mais ricos (isto é a parte "provocação", porque é claro que não era isso o que eu queria dizer). Mas penso que se põe aqui o verdadeiro problema: o problema de fazer a passagem entre a análise de uma situação, e de uma problemática muito importante e muito actual, e a questão: "como se pode fazer a apropriação política disso - a questão da ecologia política - e aí, penso eu (não sou um especialista da questão), que ainda há muito trabalho a fazer.

Alain Lipietz

Claro! Em primeiro lugar queria dizer que há vários aspectos na tua pergunta. Primeiro, qual é a relação entre a ecologia política e a última vaga das ideologias emancipadoras (?) (não diria trots-

kista... mais, maoista. Desdo logo maoista pela crítica das forças produtivas). Penso que as diferenças são grandes, mas há uma certa continuidade - O caso dos "Grunen" na Alemanha é o mais espectacular; praticamente os "Grunen" são antigos marxistas-leninistas dos anos setenta que passaram ao verde. Embora a ecologia partilhe pelo menos quatro coisas com o movimento operário: em primeiro lugar é um materialismo, quer dizer que analisa a realidade tal qual é. É um materialismo que olha para como se fazem as coisas.

Em segundo lugar é um historicismo. Por várias vezes dei a entender, na minha palestra introdutória, que as vagas de consciência ecológica eram elas próprias determinadas pela situação concreta do desenvolvimento. Falei de uma vaga higienista na Europa, no fim do século XIX, que está agora a difundir-se no terceiro mundo; falei das lutas ecológicas de primeira geração contra as crises ecológicas localizadas e da consciência ecológica de segunda geração que é contemporânea das crises ecológicas globais. É pois efectivamente a consciência de uma época, engendrada pelo próprio movimento da história dessa época.

Ela também partilha com as ideologias do movimento operário, evidentemente, a perspectiva da totalidade, da dialéctica, da cibernética, dos nós retroactivos, a noção de crise, a noção de regime, a noção de regulação.

Partilha por fim o ponto de vista "progressista" - não a ideia de a história ser orientada por um progresso, mas a de que, apesar de tudo, temos critérios para saber o que é melhor e o que é menos bom.

Há, evidentemente, diferenças extremamente profundas. O movimento operário historicamente realizado, que não é provavelmente aquele de que teria gostado o velho e barbudo Karl Marx, foi produtivista, foi estatista, ignorou a questão do carácter sexual da humanidade, ignorou, evidentemente, a ecologia, ignorou em larga medida a solidariedade Norte-Sul, etc, etc.; teve desprezo pelos camponeses, e assim por diante. A ecologia aparece em larga medida como uma revolta contra o estatismo, o produtivismo do movimento operário. Daí aliás a violência das contradições entre eles, das oposições entre os ecologistas e, digamos, os partidos comunistas clássicos e a social-democracia clássica.

doce das invasões de terras dos militantes do Partido dos Trabalhadores que ocupavam essas mesmas terras em nome do direito à habitação. Neste caso eram os pobres que, em nome do direito à habitação, destruíam o direito de outros pobres a beber uma água não poluída, num momento em que a cólera alastrava no Brasil.

Não se pode reduzir a ecologia, as lutas ecológicas, a puras e simples contradições entre os de cima e os de baixo (o que existe e continuará a existir). Os sucessos ecologistas pressupõem sempre uma transformação da "virtude", dos hábitos, incluindo nos de baixo.

Assim sendo, o carácter maioritário das transformações sociais torna-se a condição sine qua non das revoluções sociais, da revolução de carácter ecologista. E a revolução não pode pois ser simplesmente uma tomada do poder, deve ser uma evolução.

Eu nasci no fim dos anos quarenta. Quando era criança a minha avó ensinava-me a apagar a luz quando saía de uma sala. Nos anos cinquenta, o meu pai dizia-me: - "sempre que apagas a lâmpada estás a estragá-la, ora a lâmpada é mais cara do que a corrente que podias economizar ao apagá-la. Por isso não deves apagar a luz". Nos anos cinquenta, apareceram livros dos grandes teóricos fordistas, taylorianos - que se chamavam em França Louis Armand, Michel Drancour - para nos dizer: "Se não aprenderem a desperdiçar não conseguirão progredir; porque só a produção em massa permite baixar os preços das mercadorias e, por isso, é preciso aprender a desperdiçar para consumir mais barato".

Aprendi a desperdiçar, aprendi a atrair fora coisas que se poderia ter reparado, aprendi a não apagar a luz. Para mim era um esforço, porque na infância, na mais pequena infância, tinha aprendido com a minha avó, pequena burguesa da província, a economizar, a ser cuidadoso com as coisas, etc. E agora que começo a envelhecer, pedem-me uma nova revolução, que reaprenda a ser cuidadoso, a economizar, a não desperdiçar!

Penso que uma revolução que consegui fazer na primeira parte da minha vida, terei tempo de a fazer ao contrário na segunda metade, assim viva eu mais uns tempos. E, em todo o caso, as crianças que nascem hoje não terão nenhuma dificuldade em considerar que a energia não deve ser desperdiçada, que a água não deve ser

Vamos então agora à questão da revolução. Disse na introdução que se não tratava já em nada de revolução no sentido "Tomada do Palácio de Inverno", no sentido leninista do termo, em que se muda o poder político para mudar a sociedade e as ideias. A concepção da revolução que, necessariamente, têm os ecologistas é muito mais gramsciana: uma guerra de trincheiras e não uma guerra de movimento, já que se trata de mudar as ideias antes de tomar o poder.

Na prática, os ecologistas fazem seu o pensamento de Gramsci: "só se conquista o poder político uma vez conquistada a hegemonia cultural". O que em Gramsci é instrumental torna-se uma questão de fundo para os ecologistas. Porque a concepção das contradições sociais utilizada pelos ecologistas é muito diferente da concepção dessas mesmas contradições nos marxistas. Nos marxistas, a contradição principal é entre os de baixo e os de cima. Nos ecologistas, ela é entre cada um de nós e todos nós - o todos nós incluindo as gerações futuras. Neste sentido ela tem mais a ver com Foucault do que com Marx. Cada um de nós, quando pega no carro, quando prefere negociar um aumento de salário em vez de uma redução do tempo de trabalho, cada um de nós toma partido contra a ecologia.

É evidente que não têm todos as mesmas responsabilidades. Tivemos um debate, por exemplo, sobre as hormonas animais. Os consumidores tinham lançado, em França, um movimento contra as vitelas engordadas a hormonas, contra a utilização das hormonas para fazer crescer mais depressa os animais, e os camponeses sentiram este ataque dos movimentos de consumidores como uma agressão contra si. Os ecologistas políticos utilizaram toda a sua diplomacia e todo o seu escasso talento pedagógico para tentar explicar que os camponeses não podem ser considerados responsáveis pelas técnicas que utilizam na criação ou no cultivo, já que dependem de firmas agroalimentares que lhes indicam os métodos de trabalho. Dito isto, é evidente que se não podem reduzir os problemas postos pelas técnicas agrícolas, que poluem os rios, que envenenam os alimentos, a um simples problema de dominantes/dominados.

Um exemplo ainda mais brutal: em São Paulo, a Câmara, do Partido dos Trabalhadores, que geriu a cidade durante quatro anos, teve de proteger, até com o exército e a polícia, as reservas de água

perdícios vegetais, seja a madeira - formas de produção de energia que, por definição, fixam tanto gás carbónico quanto produzem quando queimam. Assim, encaminhamo-nos ao nível regional para um modelo de desenvolvimento sustentável, pelo menos naquele ponto de vista. Etc. etc.

Penso por isso que, como tu o dizes, há muito trabalho a fazer, e faz-se.

Pergunta

Avançamos, penso eu, para uma industrialização total do planeta. Qual é a verdadeira dimensão do movimento ecológico, nomeadamente a dimensão política? Quer dizer, qual é a relação dos poderes entre as regiões que tinham uma consciência ecológica dos pequenos problemas ecológicos e competição entre Estados - entre os "habitus" do taylorismo e os (ainda não) habitus da ecologia?

Alain Lipietz

Sim, penso que há países que efectivamente estão mais avançados do que os países latinos. Primeiro há que distinguir. Disse há pouco que os países onde a ecologia era mais forte, ao mesmo tempo enquanto ideologia e poderio político, são os países muito desenvolvidos, como a Escandinávia, e não só o Japão ou a Alemanha, ou então os países extremamente pobres, mas com um outro conteúdo da ecologia - há crises ecológicas que estão ligadas à extrema riqueza e crises ecológicas ligadas ao excesso de pobreza.

Actualmente, os ecologistas são apesar de tudo mais influentes nos países mais pobres. Citei a República de Madagascar, citei a Estónia; poderia citar o novo governo do Mali, praticamente na Internacional Verde, é ali que a ecologia tem mais poder em relação ao seu próprio país. Na África Ocidental acontece frequentemente que as alianças democráticas escolham como cabeça um ecologista. Porquê? Porque, num país na periferia do deserto, a relação com a natureza é a condição primeira do desenvolvimento. Quando o deserto avança o problema número um é: como fixar as dunas que avançam? Como utilizar a cada vez mais escassa (por razões ecológicas simultaneamente locais e globais) água das chuvas do modo mais útil para a fecundação da terra? Nesses países a questão do desenvolvimento é vista de modo quase imediato como um problema ecológico.

desperdiçada, que se não pode eternamente substituir produtos naturais por produtos artificiais, etc, etc.

Último ponto da tua pergunta, como se começa já a partir de hoje? Pela relação de força? Por lutas sociais? Por lutas no terreno? Cortar as auto-estradas imbecis? Conseguimos impedir obras absurdas. Conseguimos travar a construção de certas centrais nucleares especialmente perigosas, mas não conseguimos ir muito longe. O problema das mobilizações populares é que podem impedir, mas não podem criar, a não ser a um nível micro-local, o que já não é pouco. Pequenas experiências alternativas podem ser feitas localmente, ou em redes de maior importância. Mas se se quer mesmo reorientar a civilização, então é necessário que as evoluções culturais se traduzam em evoluções políticas.

Tenho uma experiência. Em 1992 realizou-se a Conferência do Rio que decidiu que no ano 2000 se ia voltar ao nível de gás carbónico de 1990, com a perspectiva de dividir ainda essa quantidade por quatro até ao ano 2040.

Naturalmente, em França, ao nível político, não tínhamos o poder, nenhum poder. Porque em França existe o voto maioritário para as eleições legislativas e por isso não podíamos ter deputados. Na Alemanha, onde o voto é proporcional, os Verdes alemães têm uma representação correcta e influenciam o governo alemão, mesmo de direita, e chegam a impor-lhe medidas de protecção do ambiente, até contra o efeito de estufa. Pelo contrário, em França, em 1992, houve eleições regionais e eu fui eleito para o Conselho Regional da "Ile de France", porque há voto proporcional. Éramos 18% de ecologistas nesse Conselho, tínhamos uma minoria de bloqueio - nenhum orçamento pode ser votado sem nós. E em dois anos invertemos o orçamento para os transportes na megalópole da "Ile de France". Anteriormente havia dois terços para o automóvel e um terço para os transportes públicos; agora há dois terços para os transportes públicos e um terço para o automóvel. No mês passado impusemos um plano para a autonomia energética da região da "Ile de France": A região deve deixar de importar energia e por isso é obrigada a fazer uma enorme poupança de energia; tem que experimentar os métodos de produção de energias renováveis, seja a metanização dos des-

Talvez tenham tido a ocasião de ler há pouco um dos trabalhos mais interessantes da preparação da Conferência do Rio; chama-se “Energia para um Mundo Sustentável” (que foi coordenado pelo brasileiro Goldenberg, com um americano, um indiano e um sueco) – “Como se poderá, sem construir centrais nucleares e sem aumentar o efeito de estufa, dar a dez mil milhões de habitantes, no ano 2030, o nível de vida europeu de 1975?” – Eis o problema. É possível. Pode-se fazê-lo; existem as técnicas. Diz-se nesse livro, por exemplo, que uma mulher da Tanzânia utiliza para cozinhar os alimentos trinta vezes mais energia do que uma mulher japonesa. É evidente que um qualquer progresso técnico que lhe permitisse melhorar o rendimento do “fogão” economizar-lhe-ia trabalho penoso – porque ela faz em média três horas de marcha por dia para ir buscar a madeira – e poupar-lhe-ia saúde, preservaria as florestas e preservaria a humanidade do efeito de estufa.

Reparem que neste caso, nesses países muito marginalizados na competição internacional, a questão põe-se de maneira muito diferente. Não há na prática diferenças entre ecologia e desenvolvimento; são uma e mesma coisa.

Vem depois, efectivamente, todo o mundo industrializado, que inclui: os países do Primeiro Mundo (os velhos países industrializados) e esse Terceiro Mundo industrializado, ele próprio dividido em vários tipos: os novos países industrializados e depois os antigos países de substituição de importações, como os países do Leste, os países da América Latina, etc., que se estão a juntar aos modelos ultraliberais. Então, e já mesmo no interior da Comunidade Europeia, entre Portugal e a Dinamarca, põe-se a questão: poder-se-à conceber que nas mesmas zonas de comércio livre coexistam países que dão uma grande importância à legislação social, à legislação de defesa do ambiente, e países que com elas nada se preocupam? A resposta, pelo menos na Europa, é sim. Portugal ainda não liquidou a indústria dinamarquesa. E porquê? Porque o que se fabrica na Dinamarca não poderia, pelo menos no essencial, ser transferido para Portugal. O tipo de qualidade dos produtos dinamarqueses exige uma qualidade da mão de obra que ela própria implica uma qualidade dos contratos colectivos, uma qualidade do Estado

Providência... e daí uma qualidade do Estado, e daí uma qualidade da democracia e daí uma qualidade do “habitus” que não pode ser instantaneamente transferida para Portugal. Por outras palavras, Portugal não poderia fazer o que faz a Dinamarca sem, ao mesmo tempo, adoptar as concepções ecológicas e sociais-democratas que já imperam na Dinamarca.

Mas é entre estes dois exemplos extremos, ou entre Portugal e Marrocos, que a coisa se torna muito mais complicada. Quando se produz têxteis pode-se fabricá-los com os melhores estilistas, com corte por raios laser, com as costuras mais precisas, mais automatizadas, e então é-se obrigado a fazê-los na Europa do Norte, ou então produz-se roupas muito baratas que se vai fabricar no Vietname ou na China. Mas, entre estes dois casos, há toda uma escala, e aí (para todos os países que quisessem elevar o seu nível de legislação social ou ambiental) põe-se o problema da concorrência que podem fazer-lhe os países que estão a degradar a sua legislação social ou ambiental.

É aqui, entre os dois extremos, que verdadeiramente a questão se põe.

Creio que a experiência europeia mostrou que os países que se tinham adiantado nos anos setenta, precisamente como a Escandinávia, se desembaraçam bem, mas que os países que se viraram com atraso para a mobilização dos recursos humanos, como a França, são quase fatalmente batidos pelos países menos caros onde a mão de obra é mais barata. E estes países, entre duas águas, estão numa muito grave crise.

Foi feito um estudo sobre as perspectivas de emprego na Comunidade Europeia, no horizonte 2000. Os países que no ano 2000 terão menor desemprego serão, por um lado a Dinamarca e a Alemanha, e por outro Portugal. Porquê? Porque são os dois extremos: países muito qualificados podem ter as trinta e cinco horas de trabalho semanais, um Estado Providência fantástico, etc., mas são especializados na produção do muito alto de gama. E no outro extremo da cadeia produtiva na Europa, Portugal pode num primeiro tempo sobreviver e até diminuir o seu desemprego porque é menos caro que os outros.

O problema é que esta nova divisão do trabalho, entre um centro que faz o muito alto de gama, onde se é muito bem pago e onde se protege muito bem o ambiente, e uma periferia, onde se é muito mal pago e onde se não protege o ambiente, é... primeiramente muito desagradável para os que moram do mau lado da barreira. E depois, como ainda há pouco o dizia, é muito instável. Porque, se as barreiras alandegárias continuarem a cair, haverá sempre a concorrência dos países de baixíssimos salários - Marrocos, Egipto, Filipinas, Vietname, etc.

Logo, vejam bem... estamos perante esta situação: possibilidades para o topo do topo de gama, enormes problemas no meio da cadeia, possibilidade de garantir o emprego para os que estão mesmo na base da hierarquia, mas sob a condição de uma terrível sobre-exploração (enfim, claro que não é a mesma coisa em Portugal e no Vietname. Felizmente a Europa está, apesar de tudo, um pouco protegida). A única solução é pois a de negociar uma certa unificação, para cima, das normas sociais e das normas ambientais.

Esta unificação para cima levará um certo tempo; há que não ser demagógico. Por exemplo, o grupo verde do Parlamento Europeu teve o cuidado de não dizer que o salário mínimo e os horários máximos deviam ser os mesmos em Portugal e na Dinamarca; porque isso quereria dizer que seria necessário fechar a maioria das fábricas portuguesas. Mas é necessário que nos dotemos de um plano de unificação das normas. E na medida em que as normas não estejam unificadas, em particular quando as diferenças são demasiado grandes, é necessário adoptar um certo proteccionismo; particularmente em relação aos países que praticam a escravatura infantil, etc, etc.

Pergunta

Para tentar contrariar essa tendência dos países do sul da Europa de se tornarem os países com uma mão-de-obra muito barata e sem preocupações com meio ambiente - que é, de facto, o que se está a verificar em Portugal - o que sugere? Que pistas nos dá para tentarmos inverter essa situação e atenuar as diferenças que nos separam dos países nórdicos.

Alain Lipietz

Como poderiam os países do Sul inverter esta tendência

para a concorrência à custa de baixos salários? Penso que a principal solução está no interior dos próprios países. O problema é que, ao pormos em concorrência sistemática os países do Terceiro Mundo, para ver quem mais barato produzirá, nós, países desenvolvidos, destruímos automaticamente as conquistas sociais alcançadas nesses países.

Evoquei há pouco o exemplo das bananas, porque foi a mais recente crise por que passou a Comunidade Europeia. A crise das bananas é um excelente exemplo.

Em 1988, a França tinha um novo governo de esquerda, que produziu uma única medida social, uma única: estabelecer um rendimento mínimo garantido. Quer dizer, um rendimento mínimo mesmo que se não trabalhe. Ora a França possui algumas ilhas, nas Antilhas, nas Caraíbas e no Oceano Índico que produzem bananas. É evidente que, dada a cotação da banana no mercado mundial, era muito mais interessante deixar de trabalhar e requerer o rendimento mínimo do que cansar-se a produzir bananas. Então, a França reagiu, o governo francês disse: "vamos aumentar o preço das bananas para que a gente das ilhas Martinica, Guadalupe e Reunião tenham, apesar de tudo, interesse em trabalhar para produzir bananas. A finalidade do rendimento mínimo não é transformar as pessoas em desempregados". E assim, a França pediu aos seus parceiros da Comunidade Europeia que se fizesse um sistema de estabilização do preço da banana - como existe um sistema de estabilização do preço do leite, do trigo, da carne, etc. - pediu que se fizesse da banana um produto da política agrícola comum. Claro que os Alemães deram gritos. Porque os Alemães não produzem bananas, mas os Alemães do Leste adoram as bananas, para eles era um símbolo do fim do comunismo (a banana é um fruto que se parece com uma batata, e por isso os Alemães adoram-na). Claro, foi necessário (os Alemães aceitaram) unificar a cotação da banana em toda a zona europeia. Mas não só europeia! Já que os países mais pobres do mundo - aqueles a que se chama os países do Acordo de Lomé, todos os países da África, do Pacífico e das Caraíbas - também produzem bananas e têm um acordo de comércio livre com a Europa. Foi pois necessário montar um sistema de estabilização da cotação da banana, favorável

explorações capitalistas semi-esclavagistas - seja no Salvador, na Venezuela, no Equador ou na Colômbia.

Resumindo, os sindicalistas dos bananais disseram-me: "Oíça, em três anos os esquadões da morte mataram-nos 210 sindicalistas. Se não forem vocês, os países consumidores, a obrigar o nosso governo a melhorar a nossa legislação social, nós, não aguentamos mais. Precisamos do vosso proteccionismo para que parem de massacrar os nossos sindicalistas". Fui outra vez ver os intelectuais progressistas, dizendo-lhes: "Muita pena, mas nós não podemos pôr em livre concorrência países onde se tenta estabelecer um rendimento mínimo aproximadamente equivalente a cem dólares por mês e países onde se ganha sessenta dólares por mês e onde sistematicamente se mata os sindicalistas. Quando tiverem resolvido esse problema poderemos recomençar a ter comércio livre com vocês". Acho que é a única coisa que há a dizer. Na realidade, o que se fez foi outra coisa: fizeram-se quotas, paga-se um pouco mais cara a banana colombiana, de modo a que não faça concorrência à banana das Antilhas.

Mas penso que temos que ter a coragem de dizer que o Sul, os países do Sul, são geralmente sociedades de classe, em que as elites capitalistas ditatoriais são produtivistas. E que se não pode aceitar como representativas dos interesses das suas próprias populações as suas tomadas de posição nas instâncias internacionais: seja no Gabinete Internacional do Trabalho, nas conferências sobre os direitos do homem, nas conferências das Nações Unidas sobre os direitos das mulheres, ou na Conferência do Rio. Deve-se muitas vezes tomar partido contra esses governos, se se quer ajudar as próprias populações a conquistar uma sociedade mais doce para a geração actual e mais justa para as gerações futuras.

Pergunta

Como é que nesse novo modelo de desenvolvimento se enquadram os problemas da explosão demográfica e o crescimento das grandes cidades?

Alain Lipietz

Bom, antes do mais são problemas completamente diferentes. Em França não temos crescimento demográfico; mas temos um

aos camponeses e desfavorável aos consumidores, para que os pequenos plantadores pudessem produzir bananas com a garantia de obter um rendimento equivalente ao rendimento mínimo francês. Era uma grande medida social alargada a toda a África, às Caraíbas e ao Pacífico

Mas, é evidente, a Europa não tem meios para estender a sua benfeitoria generosidade a todo o planeta. E a partir do momento em que os Estados Unidos, cujas zonas de influência produzem a maior parte das bananas do mundo, não aceitavam estabilizar a cotação da banana, punha-se a questão: ou abolir esta reforma e, logo, eliminar o rendimento mínimo garantido, ou então... o proteccionismo. Evidentemente, a Europa escolheu o proteccionismo.

Na época, e ainda agora, eu ia muito à Colômbia. Como a embaixada francesa pensava que eu era um grande terceiro-mundista, muito bem visto pelos intelectuais de esquerda colombianos, fui atirado para as garras desses intelectuais, para defender o ponto de vista da França e da Europa sobre o direito de praticar o proteccionismo contra a banana colombiana, venezuelana, salvadoreña, etc.

Ora, como certamente sabem, todos os antigos intelectuais de esquerda dos anos setenta tornaram-se super exportadores dos anos noventa. Pôde ver-se a evolução de Fernando Henrique Cardoso no Brasil, depois de ter sido um campeão da substituição das importações, etc. Agora, esse grande intelectual brasileiro está aliado com a extrema direita brasileira num projecto de reconversão da economia brasileira para a exportação. Este é um fenómeno que envolve a quase totalidade dos intelectuais progressistas da América Latina. Por isso, claro que levei um ralhete: "Como podem vocês fazer-nos isso? O vosso proteccionismo é criminoso; vocês não se apercebem que nos bananais trabalham muitos dos nossos trabalhadores? Que se se deixa de produzir bananas nesses campos será a coca que aí se cultivará, a marijuana? E será bem feito para vocês! Etc, etc."

Encontrei-me com os sindicalistas dos bananais. Há também quem dizer uma coisa: é que a banana tem a particularidade de não ter o mesmo modo de produção quando se planta numa ilha ou no continente. Nas ilhas, a banana é essencialmente produzida por pequenos produtores independentes e no continente é-o por grandes

crescimento megalopolitano catastrófico. Depois, há países que têm um terrível crescimento demográfico, como em África, e não têm um crescimento urbano irrazoável. Alguns países africanos têm os dois ao mesmo tempo, mas não todos.

Começemos pela primeira pergunta. Enquanto ecologista, sou evidentemente contra o crescimento demográfico, mas penso que é essencial dizer que se não deve nunca utilizar o argumento demográfico nos debates de ecologia global. É um grande e grave erro cometido durante a Conferência do Rio por alguns intelectuais que se reclamavam da ecologia. Imaginam o efeito que podia ter um discurso antidemográfico, antipopulacionista, feito pela Ministra socialista francesa do Ambiente, Segolène Royale - que chegou à conferência, grávida de oito meses do seu quarto filho - a explicar ao povo brasileiro, em nome da defesa da atmosfera, que era preciso parar de ter filhos, porque era perigoso.

Atacar a população em nome da defesa da atmosfera, da crise ecológica global, da crise do efeito de estufa, é aquilo a que eu chamo "o complexo do capitão Haddock" (As aventuras de Tintin)

Se leu as aventuras de Tintin, "Andaram na Lua" ... há um foguetão lunar que parte com vários passageiros, entre eles o capitão Haddock, a quem é proibido fumar para economizar oxigénio. E à medida que a viagem prossegue dão-se conta que há passageiros clandestinos: os Dupond, o coronel Borris, etc. A reacção do capitão Haddock consiste em dizer: "Mas enfim, a mim proibem-me de fumar e estes fulanos, que ninguém tinha convidado, podem vir tirar-me o meu oxigénio! O que há a fazer é abandoná-los numa estrela deserta, e eu poderei outra vez fumar."

Os que opõem a população do Terceiro Mundo e os impeditivos da ecologia global são mesmo uns capitães Haddock.

As ONG - Organizações não Governamentais - do Terceiro Mundo e mesmo as mulheres, até as que nos seus próprios países lutam pela liberdade de contraceção e de aborto, responderiam: "Oçam, uma criança do Níger consome cento e cinquenta vezes menos do que uma criança dos Estados Unidos; em vez de nos aborrecerem, o que há a fazer é proibir completamente as mulheres americanas de terem essa criança e deixarem-nos a nós ter os nossos cento

e cinquenta filhos. Não será grave para a crise ecológica global" Penso que teriam inteiramente razão.

Em contrapartida, é perfeitamente claro que a população é muitas vezes a causa da crise ecológica local na perspectiva do argumento "a principal poluição é a pobreza". Um crescimento demográfico incontrolado impede completamente o investimento, porque o produto anual deve ser dividido por cada vez mais gente que, de momento, não é produtora - as crianças. E por isso não se pode investir, não se pode mudar de técnica, não se pode adoptar técnicas mais eficientes, tanto em termos de trabalho como de consumo de energia. Então, é verdade que a explosão demográfica é frequentemente a causa das crises ecológicas locais. Isto é de uma extrema evidência em África (citei o caso das mulheres da Tanzânia). É de uma extrema evidência em todo o sul do Mediterrâneo - na Argélia, onde se combina com muitas outras crises, no Egipto, etc, etc.

Por fim, há o argumento empregue na Conferência do Rio e na base do qual se estabeleceu o compromisso entre as feministas brasileiras e as norte-americanas: o direito das mulheres ao controlo do próprio corpo é um direito essencial. É em nome deste argumento que se deve lutar pelo direito ao aborto e à contraceção.

Este compromisso individualista revelou-se desastroso na Conferência do Cairo. Claro que, na base desta defesa do direito das mulheres sobre o seu próprio corpo, o debate da Conferência do Cairo (conferência sobre a população) descambou num enfrentamento entre as feministas americanas, que insistiam numa concepção individualista dos direitos, e as mulheres do Terceiro Mundo que avançavam pontos de vista mais sociais.

Assim, penso que há que combinar os dois últimos argumentos, e sobretudo não utilizar nunca o primeiro. Não se deve utilizar o argumento da demografia contra a crise ecológica global. É necessário utilizar os dois argumentos: a demografia é um obstáculo à solução das crises económicas ou ecológicas locais; a demografia deve ser controlada em nome do direito das mulheres a disporem do seu próprio corpo.

Quanto à questão da megalopolização, teria muito que dizer sobre isso, é aliás um dos pontos do meu livro "As Regiões

Ganhadoras" que há pouco apresentei, mas penso que já devem todos estar um pouco fatigados de me ouvir. E agradeço-vos a atenção.

Dr. José Manuel Dias da Fonseca

Creio que agora não há mesmo mais perguntas para Alain Lipietz.

Eu queria agradecer ao Alain a exposição que fez — a frescura e a clareza da sua conferência, e a forma como respondeu às perguntas que lhe foram postas.

Lembro, ainda, que este ciclo de Conferências prossegue na próxima quinta-feira, dia 24, com o Dr. Jorge Sampaio, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Muito obrigado.